

**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2025, DE 03 DE OUTUBRO DE 2025.**

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Icapuí-CE  
Senhoras Vereadoras,  
Senhores Vereadores,

Dirijo-me a Vossas Excelências, com o devido respeito, para apresentar o presente Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre alteração na legislação previdenciária municipal.

O presente Projeto de Lei Complementar tem por objetivo promover ajustes técnicos e jurídicos necessários na legislação previdenciária municipal, visando garantir maior segurança jurídica, adequação normativa e sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Icapuí (ICAPREV).

As alterações propostas decorrem de análise técnica aprofundada da legislação vigente, que identificou a necessidade de aprimoramento em três aspectos fundamentais, quais sejam:

**I - Alteração do art. 110 da Lei Municipal N. 479/2007 (art. 1º do PLC)**

A modificação proposta no art. 110 da Lei Municipal n. 479/2007 visa estabelecer com clareza o modo de incidência da alíquota de contribuição previdenciária para os servidores que migraram ou optaram pelo Regime de Previdência Complementar municipal.

A redação atual do art. 110, dada pelo art. 17 da Lei Complementar nº 096/2022, não estabelece com precisão técnica o critério de incidência da alíquota de 14% para os servidores que optaram pelo Regime de Previdência Complementar, gerando insegurança jurídica e dificuldades operacionais.

Com a nova redação, fica expressamente estabelecido que para os servidores que:

- a) não migraram ou não optaram pelo Regime de Previdência Complementar, a alíquota de 14% incidirá sobre o valor total da remuneração de contribuição;
- b) migraram ou optaram pelo Regime de Previdência Complementar, a alíquota de 14% incidirá sobre o valor da remuneração de contribuição, limitado ao valor máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Esta alteração está em consonância com o § 14 do art. 40 da Constituição Federal e com as diretrizes da Emenda Constitucional nº 103/2019, garantindo tratamento adequado e equitativo aos servidores que optaram pelo Regime de Previdência Complementar.

**II - Revogação de dispositivos (art. 3º do PLC)**

O art. 3º do PLC revoga expressamente o art. 17 da Lei Complementar Municipal n. 096/2022, que trata da alíquota de contribuição previdenciária, matéria que passa a ser disciplinada pelo novo art. 110 da Lei Municipal n. 479/2007, conforme proposto no art. 1º deste PLC.

A revogação é necessária para evitar duplicidade normativa e garantir segurança jurídica, uma vez que a matéria passa a ser integralmente disciplinada pela nova redação do art. 110 da Lei Municipal n. 479/2007.

Além disso, o dispositivo revoga todas as disposições legais em contrário, o que inclui o art. 6º da Lei Complementar n. 099/2022, que havia indevidamente incluído o art. 5º da EC 103/2019 no âmbito municipal. Esta correção é essencial, pois o art. 5º da EC 103/2019 não se aplica aos municípios, por tratar de matéria específica da União, Estados e Distrito Federal, estabelecendo regras de aposentadorias dos policiais e profissionais de Segurança Pública.

## CONCLUSÃO

As alterações propostas visam aprimorar a legislação previdenciária municipal, garantindo maior segurança jurídica, adequação técnica e sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Icapuí.

Trata-se de medidas necessárias para corrigir inconsistências técnicas e jurídicas identificadas na legislação vigente, assegurando o pleno cumprimento dos princípios constitucionais que regem a previdência dos servidores públicos, em especial os princípios do equilíbrio financeiro e atuarial, da segurança jurídica e da eficiência administrativa.

Diante do exposto, submeto o presente Projeto de Lei Complementar à apreciação dessa Augusta Casa Legislativa, na certeza de que os nobres Edis reconhecerão a importância e a necessidade das alterações propostas, aprovando-o na forma apresentada.

Considerando a relevância da matéria para a estabilidade do regime próprio de previdência social e para a segurança dos direitos dos servidores públicos, submeto à elevada apreciação dessa Augusta Casa o presente Projeto de Lei Complementar, confiante em seu apoio para a aprovação desta importante iniciativa.

Por se revestir de matéria de grande relevância e interesse para todos os servidores do nosso Município e do próprio Município, pedimos às Vossas Excelências que façam tramitar o presente projeto em regime de **URGÊNCIA – URGENTÍSSIMA**.

Na certeza da vossa atenção sobre a presente matéria, reiteramos votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

FRANCISCO KLEITON  
PEREIRA:00452701392

Assinado de forma digital por  
FRANCISCO KLEITON  
PEREIRA:00452701392  
Dados: 2025.10.03 10:40:54 -03'00'

**FRANCISCO KLEITON PEREIRA**  
Prefeito Municipal de Icapuí-CE



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2025, DE 03 DE OUTUBRO DE 2025.**

**ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL N. 479, DE 26 DE ABRIL DE 2007, E REVOGA DISPOSITIVO(S) DA LEI COMPLEMENTAR N. 096, DE 20 DE JANEIRO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ICAPUÍ**, no uso de suas atribuições legais constantes da Lei Orgânica do Município e em conformidade com os dispositivos Constitucionais em vigor,

Faço saber que a Câmara Municipal de Icapuí aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

**Art. 1º** O art. 110 da Lei Municipal n. 479, de 26 de abril de 2007, alterado posteriormente pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal n. 096, de 20 de janeiro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 110.** A alíquota da contribuição previdenciária destinada ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Icapuí - ICAPREV, corresponderá a:

**I** - 14% (quatorze por cento) incidentes sobre o valor da remuneração de contribuição definida no inciso XI do art. 16 desta Lei, para os servidores efetivos ativos dos Poderes Legislativo e Executivo, incluídos os das Autarquias Municipais, que ingressaram no serviço público desta Municipalidade até a data de início da vigência do plano de benefícios do Regime Previdência Complementar e que não tenham migrado para a sistemática desse regime;

**II** - 14% (quatorze por cento) incidentes sobre o valor da remuneração de contribuição definida no inciso XI do art. 16 desta Lei, limitado ao valor máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para os servidores efetivos ativos dos Poderes Legislativo e Executivo, incluídos os das Autarquias Municipais, que ingressaram no serviço público desta Municipalidade após a data de início da vigência do plano de benefícios do Regime Previdência Complementar independentemente de terem optado por participar desse Regime.

**Art. 2º** Ficam revogadas todas as disposições legais em contrário, notadamente, o artigo 17 da Lei Complementar n. 096, de 20 de janeiro de 2022, bem como o art. 6º da Lei Complementar nº 099,

de 21 de março de 2022, que indevidamente incluiu o art. 5º da EC nº 103/2019 no âmbito municipal.

**Art. 3º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ-CE, AOS 03 DE OUTUBRO DE 2025.**

FRANCISCO KLEITON  
PEREIRA:00452701392

Assinado de forma digital por  
FRANCISCO KLEITON  
PEREIRA:00452701392  
Dados: 2025.10.03 10:41:06 -03'00'

**FRANCISCO KLEITON PEREIRA**  
Prefeito Municipal de Icapuí-CE